

Rosa Maria Neves Simas
(Coord.)

A VEZ E A VOZ DA MULHER
RELAÇÕES E MIGRAÇÕES



Edições Colibri

Biblioteca Nacional de Portugal
– *Catálogo na Publicação*

CONGRESSO INTERNACIONAL “A VEZ E A VOZ DA MULHER”,
6, Ponta Delgada, 2014

A vez e a voz da mulher : relações e migrações / VI Congresso Internacional
“A Vez e a Voz da Mulher” ; coord. Rosa Maria Neves Simas. – (Extra-colecção)
ISBN 978-989-689-449-8

I – SIMAS, Rosa, 1950-

CDU 305

Título: A Vez e a Voz da Mulher: Relações e Migrações

Coordenação: Rosa Maria Neves Simas

Editor: Fernando Mão de Ferro

Capa: Raquel Ferreira

Depósito legal n.º 384 055/14

Lisboa, Dezembro de 2014

COORDENAÇÃO

ROSA MARIA NEVES SIMAS

COMISSÃO CIENTÍFICA

ÁLVARO BORRALHO

Centro de Estudos Sociais, Universidade dos Açores

IRENE VAQUINHAS

Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra

JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Instituto Universitário de Lisboa

JOSÉ CARLOS TEIXEIRA

Centro de Estudos Sociais, Universidade dos Açores

University of British Columbia, Canadá

JOSÉ MACHADO PAIS

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

JOSÉ MANUEL VIEGAS

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Instituto Universitário de Lisboa

MARIA BEATRIZ ROCHA TRINDADE

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais

Universidade Aberta

ROSA CABECINHAS

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

COMISSÃO ORGANIZADORA

ROSA MARIA NEVES SIMAS

Departamento de Línguas e Literaturas Modernas

Centro de Estudos Sociais, Universidade dos Açores

LICÍNIO VICENTE TOMÁS

Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais

Centro de Estudos Sociais, Universidade dos Açores

SUZANA NUNES CALDEIRA

Departamento de Ciências da Educação

Centro de Estudos Sociais, Universidade dos Açores

ÍNDICE

INTRODUÇÃO – Rosa Maria Neves Simas.....	11
------------------------------------------	----

PARTE 1 – VOZES DE MULHERES: DA ORALIDADE À ESCRITA

<i>Memória e subjetividade: As venturas e desventuras de uma emigrante portuguesa</i> Roseli Boschilia	19
<i>Múltiplos olhares de uma mulher negra em Portugal</i> Sângela Hilarino	33
<i>Quando a literatura retrata a diáspora portuguesa em França: O caso de Nita Climaco</i> Isabelle Simões Marques	47
<i>Ana Fontes: Uma vida suspensa de muitas pontes</i> Maria Aida Costa Baptista.....	59
<i>Quem tem medo de Alice Moderno?</i> Cassilda Teixeira Pascoal	71
<i>Frances Dabney e Samuel Longfellow: A natureza dos Açores numa perspetiva feminista e ecocrítica</i> Rosa Maria Neves Simas	83

PARTE 2 – COMUNICAÇÃO: DA CARTA À INTERNET

<i>Elos de tinta e papel: A presença feminina na correspondência entre e/imigrantes portugueses</i> Maria Izilda Santos de Matos	99
<i>A presença da Mulher na Internet</i> Isaura Ribeiro	113

<i>As mães no uso das novas tecnologias pelas crianças: Protagonismo feminino num universo masculino?</i>	
Ana Matias Diogo.....	125

PARTE 3 – TRADIÇÕES, ARTES E SABERES

<i>A questão de género nas romarias quaresmais de São Miguel</i>	
Carmen Ponte	141
<i>Coroa e bandeira: Mulheres e Homens nas Festas do Espírito Santo no Canadá</i>	
Ilda Januário	155
<i>Artes e saberes artesanais das imigrantes luso-canadianas: Que futuro?</i>	
Manuela Marujo	169

PARTE 4 – RETRATOS DE MULHERES: DA MÚSICA À ESCRITA

<i>Os Discursos (re)produzidos sob o género feminino na música</i>	
Iran Leitão Nunes & Walkíria França Martins	185
<i>Representações da mulher na imprensa regional açoriana: O caso do Açoriano Oriental e do Correio dos Açores</i>	
Ana Cristina Correia Gil & Dominique Faria.....	195
<i>A representação das mulheres na deportação</i>	
Ana Teresa Alves	207
<i>Gatas Borracheiras emancipadas? Representações de mulheres em duas revistas femininas portuguesas</i>	
Leonor Sampaio da Silva.....	217

PARTE 5 – VIOLÊNCIA: DO ESPAÇO FAMILIAR À PRISÃO

<i>As mulheres enquanto vítimas de violência: O caso de São Miguel no século XIX</i>	
Susana Serpa Silva	231
<i>Espaços de amor e crime: Violência doméstica em Lídia Jorge e Inês Pedrosa</i>	
Deolinda M. Adão	245

*Perspetivas sobre o futuro em mulheres com experiência
de violência conjugal*

Suzana Nunes Caldeira & Graciete Freitas 253

Reclusão feminina e processos de reconfiguração familiar

Rafaela Granja, Manuela Cunha & Helena Machado 269

PARTE 6 – MIGRAÇÃO, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO

Género, identidade e maternidade em famílias na diáspora

Natália Ramos 285

Migrações qualificadas femininas: Desafios e oportunidades

Maria da Conceição Pereira Ramos..... 301

A Arte de ser Maria: Histórias de trabalho, Histórias de vida

Lená Medeiros de Menezes 317

*As Mulheres que trabalham com fios: Um conhecimento forjado
desde as margens*

Amanda Castro & Edla Eggert 329

PERSPETIVAS SOBRE O FUTURO EM MULHERES COM EXPERIÊNCIA DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Suzana Nunes Caldeira

Centro de Estudos Sociais (CES)
Universidade dos Açores, Portugal

Graciete Freitas

Universidade dos Açores, Portugal
snc@uac.pt – graciete@gmail.com

A Violência Conjugal

A violência conjugal tem sido estudada, essencialmente, como a violência exercida pelo homem sobre a mulher, talvez por a maioria das vítimas ser do sexo feminino (85%) e a dos denunciados do sexo masculino (88%) (DGAI, 2011). Não obstante, tem sido definida como “qualquer tipo de violência, tentativa ou ameaça física perpetrada por um homem ou uma mulher contra a pessoa com quem ele/ela tem ou teve um relacionamento íntimo” (Baldry, 2003 *in* Almeida & Soeiro, 2010: 179). Em Dias (2004) encontra-se descrito um conjunto de outras definições de violência conjugal, de entre as quais se transcrevem a de Hampton e Coner-Edwards e a de Kaczmarek, por acrescentarem à definição anterior áreas de comportamentos violentos. Assim, para Hampton e Coner-Edwards (1993, *in* Dias, 2004: 119) a violência conjugal “é um padrão de comportamento que ocorre sob a forma física, emocional, psicológica, sexual e económica e que é desenvolvido com vista a perpetuar a intimidação, o poder e o controlo do agressor sobre o cônjuge maltratado”. Para Kaczmarek (1988, *in* Dias, 2004: 119) a violência conjugal consiste “numa acção directa destinada a atingir uma pessoa, e, mesmo, a destruí-la, quer ao nível da sua integridade física ou psíquica, quer ao nível das suas participações simbólicas”.

Na relação conjugal ou de tipo conjugal, a violência pode ser praticada de diferentes formas. Antunes (2002) considera como formas de exercício da violência: coagir e ameaçar, intimidar, usar a violência emocional, isolar, minimizar, negar, condenar, instrumentalizar os filhos, utilizar “privilégios machistas”

e utilizar a violência económica. Matos (2002) refere que a violência conjugal ocorre frequentemente no contexto de vitimação múltipla e pode incluir: maltrato físico, emocional, verbal e psicológico; isolamento social; intimidação; recurso ao privilégio masculino; ameaças; violência sexual; e controlo económico. Ainda, Neves (2008) menciona que os maus tratos físicos, o abuso emocional ou psicológico e a violência sexual são os subtipos de violência conjugal que aparecem sistematicamente sublinhados na literatura.

As situações de violência íntima entre parceiros amorosos tendem, em muitos casos, a anunciar-se antes da relação de conjugalidade (Caldeira, 2012; Caridade, 2009). No âmbito da conjugalidade, a violência contra a mulher tende a manifestar-se no primeiro ano da relação, em praticamente metade dos casos, com reincidências que se propendem a manter por um período de cerca de cinco a dez anos até à realização da denúncia (Alonso *et al*, 2003). Ainda, “os estudos sobre o comportamento de reacção das mulheres à violência conjugal revelam que elas deixam a relação e voltam, em média, seis vezes, antes de a abandonarem definitivamente” (Barnett, 1997, *in* Costa, 2010: 72). Para além disso, um estudo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) revelou que os processos de rutura conjugal duram em média 2,6 anos (*in* Costa, 2010). Durante esses processos, a mulher implica-se em compreender a violência, vai desenvolvendo ações no sentido de terminar com o abuso e seu o discurso como vítima vai sendo progressivamente substituído pelo de “sobrevivente ativa” à violência conjugal (Dias, 2004).

Questões em Torno da Rutura da Relação Abusiva

De acordo com Truninger (1971, *in* Marques, 2005), as mulheres que tentam pôr fim à relação abusiva passam por um processo ambivalente de conflito e reconciliação, antes da tomada de decisão final. Esse processo pode ser compreendido no âmbito do ciclo da violência de Leonore Walker (1979), que é caracterizado por três fases: *tensão*, onde se multiplicam os pequenos conflitos entre o casal, muitas vezes assentes em problemas domésticos do quotidiano, com manifestações “menores” de violência, como agressões verbais e ameaças; o *ataque violento*, em que a figura masculina dominadora exerce agressão física e psicológica contra a figura feminina passiva; e a *lua-de-mel*, quando o abusador, após o incidente agudo de violência, expressa arrependimento e vergonha, manifesta comportamentos afáveis e oferece promessas de mudança, suscitando na vítima ambivalência e a expectativa de que o comportamento abusivo vai terminar. Em todo este cenário, a ambivalência da mulher não é necessariamente prejudicial, pois se for bem gerida pode promover a sua capacidade para superar obstáculos e viabilizar uma saída permanente (Matos, 2006).

No processo de saída das mulheres da relação abusiva, Choice e Lamke (1997 *in* Costa, 2010) identificaram dois momentos. O primeiro envolve uma avaliação do presente e uma projecção do futuro, correspondendo a um período em que as mulheres se questionam se ficam melhor, ou não, fora daquele rela-

cionamento. O segundo envolve uma autoavaliação das capacidades para lidar com a decisão de abandonar a relação, surgindo-lhes questões como: “será que estarei melhor se sair desta relação?” e/ou “serei capaz de o fazer com sucesso?” (Choice & Lamke, 1997 *in* Matos, 2006: 124).

A decisão de permanecer com o agressor ou de procurar romper com o ciclo da violência parece estar relacionada com fatores de ordem psicossocial, que podem desempenhar papéis antagónicos neste processo. Entre os fatores psicossociais que, de acordo com Amnistia Internacional Portuguesa (2006), dificultam a rutura da relação conjugal encontram-se: medo provocado por ameaças de morte e de castigo pelo «abandono»; dependência económica, particularmente quando o casal tem filhos; crença de que é melhor manter pais e filhos juntos, ainda que existam episódios recorrentes de dominância e abuso do homem contra a mulher; baixa autoestima da figura feminina provocada e/ou intensificada pelo comportamento do agressor; isolamento da figura feminina pela falta de apoio familiar e social; percepção de descrédito próprio junto de instituições sociais e de segurança; pressão familiar exercida pelo agressor que age no sentido de suscitar na vítima sentimentos de culpa pelos episódios de violência; naturalização da violência, pela exposição à mesma na família de origem; idealização do companheiro e sentimentos de afeto que sustentam o desejo de melhorar a relação; e papéis tradicionais de género que responsabilizam a mulher pela casa e família.

Alguns destes fatores psicossociais são também sublinhados noutros trabalhos. Por exemplo, em Marques (2005), remetendo para Truninger (1971), encontra-se descrita a ideia de que as mulheres não rompem com as relações abusivas quando evidenciam um autoconceito negativo, mantêm a crença em que os maridos mudarão e guardam dúvidas quanto à ideia de conseguirem prosseguir sozinhas. Por sua vez, Gelles (1976) considera que a familiaridade com a violência aumenta a tendência para condescender ao uso da mesma. Assim, mulheres que cresceram em ambientes violentos têm mais probabilidade de casar com uma pessoa propensa a usar a violência. O mesmo autor descreve três fatores preponderantes para a decisão da mulher em permanecer, ou não, na relação abusiva. O primeiro aponta para a ideia de quanto menos severa e menos frequente for a violência, mais a mulher permanece com o seu parceiro sem pedir ajuda. O segundo reporta-se a experiências de agressão na família de origem, ou seja, a tendência para permanecer com o marido/companheiro abusivo é maior em mulheres que, durante o crescimento, foram mais agredidas pelos pais. Por fim, o terceiro fator situa-se no plano educacional e ocupacional, pois quanto menos recursos detêm as mulheres, menos poder sentem, ficando reféns do matrimónio e sofrendo sem pedir ajuda.

No respeitante aos fatores que podem apoiar as mulheres na ponderação e tomada de decisão quanto à relação abusiva, pelo descrito por Gelles (1976), fica patente a importância dos recursos educativos e ocupacionais, com o respetivo correlato ao nível dos Papéis Sociais. Um contexto sociocultural de dominação masculina e de circunscrição dos papéis da mulher à casa e à família (Amnistia Internacional Portuguesa, 2006; Magalhães, 2010) pode ser facilita-

dor de comportamentos de poder e abuso de poder por parte do homem. Contrariamente, o desempenho de uma actividade profissional remunerada por parte da mulher traz, a esta, autonomia económica, independência pessoal e liberdade individual. Ainda, a ocupação de outros papéis, para além dos de esposa e de mãe, é portadora de mais benefícios, como a ampliação do leque de relações sociais ou o contacto com novas áreas da vida onde a mulher vítima pode ter sucesso, facilitando, assim, a perspetivação de um futuro mais positivo.

Com efeito, “a satisfação na vida depende da realização de vários papéis de vida que satisfazem os valores essenciais” (Almeida, 2005: 189). Diversos são os estudos que sustentam a hipótese de que a simultaneidade no desempenho de papéis pode enriquecer a vida e ser uma fonte de satisfação, uma vez que a diversidade de papéis pode auxiliar o indivíduo a dar expressão a um maior número de habilidades, interesses e valores (Kanungo, 1982; Super, 1980; 1996 *in* Lassance & Sarriera, 2009). Pode-se, assim, inferir que no processo de superação de uma relação conjugal violenta, a mulher, quando imersa em vários papéis e atividades onde pode trabalhar habilidades e interesses, vai desenvolvendo competências para alcançar o bem-estar psicológico que pretende (Sousa, 2010), de que necessita e a que tem direito.

No processo de ponderação, no balançar entre o conflito e a reconciliação ou entre o conflito e a rutura, a literatura também refere a importância do Suporte Social, tanto formal como informal. A rede informal parece ser a primeira à qual as vítimas de violência recorrem, embora os familiares correspondam apenas a “cerca de 30% dos laços ativos” (Wellman, 1992, *in* Ornelas, 2008: 208). São os amigos e os vizinhos os mais interpelados pelas vítimas, constituindo “cerca de metade das redes ativas íntimas de um indivíduo e, normalmente, [são] cerca de metade dos laços responsáveis pelos diferentes tipos de suporte recebido” (Hays, 1988, *in* Ornelas, 2008: 210-211). Em particular, os vizinhos parecem constituir um recurso muito frequente na vida quotidiana das vítimas, nomeadamente, “na ajuda de resolução de problemas relacionados com crianças, com a casa e com os cônjuges” (Ornelas, 2008: 212). “A proximidade dos vizinhos facilita a existência de contactos frequentes, o desenvolvimento de um tecido de conexões densas, uma consciência mútua dos problemas e facilidades na prestação rápida e eficaz de ajuda” (Ornelas, 2008: 211).

Mas a rede formal de suporte também desempenha um papel fundamental, pois a vítima, ao contactar com serviços instituídos na sociedade, espera receber proteção e segurança em relação ao agressor, aconselhamento sobre como gerir situações de violência, empatia durante a apresentação de queixa contra o agressor ou tratamento médico para as lesões infligidas (Harris, 2001, *in* Machado *et al*, 2009). Para além destes aspetos, os serviços existentes podem ajudar as mulheres a compreenderem a situação em que se encontram e a identificarem comportamentos de poder e manipulação que os parceiros exercem sobre elas. Ao disponibilizarem apoio especializado a mulheres em situação de violência, os serviços nesta área fortalecem o *empowerment* daquelas (Ornelas, 2008) e incrementam a capacidade delas para enfrentar o período de ajustamento a uma nova condição de vida.

Este aspeto assume muita pertinência se se pensar que a saída de uma relação violenta nem sempre é geradora de bem-estar imediato (Matos, 2006). Com efeito, “um número significativo de estudos indica que as mulheres que experimentaram o abuso e que saíram dessas relações têm igual quantidade ou mesmo mais sintomas de trauma (*e.g.*, depressão) do que as mulheres que se mantêm em relações desse tipo” (Anderson & Saunders, 2003, *in* Matos, 2006: 130). Nesta moldura o papel da rede formal de apoio assume particular relevância, designadamente ao proporcionar a aprendizagem de comportamentos de *coping*. Aprender a lidar consigo própria e com uma situação cujos contornos e efeitos ainda não estão consolidados pode ajudar a perspetivar o impacto positivo da rutura, e, por conseguinte, incrementar o bem-estar psicológico da vítima. A mobilização de estratégias de *coping* está positivamente relacionada com um ajustamento positivo nas mulheres maltratadas, com a perceção de que a qualidade de vida aumentou após a separação, com uma maior valorização pessoal e com outras melhorias do ponto de vista psicológico. Neste contexto, o ajustamento psicológico que as mulheres abusadas procuram fazer após a separação ocorre de forma gradual (Walker, 2004, *in* Matos, 2006), reiterando-se a ideia de processo e não de acontecimento (Kurz, 1993, *in* Costa, 2010).

Finalmente, embora não esgotando todos os aspetos, um terceiro fator que parece ser importante respeita à capacidade de a mulher maltratada ir substituindo o seu discurso como vítima por pensamentos e ações como “sobrevivente ativa” (Dias, 2004), desenvolvendo expectativas de um Futuro onde as perceções sobre si vão ganhando mais crédito. Um estudo realizado por Sousa (2010) sobre mulheres sobreviventes de violência conjugal parece evidenciar que aquelas, quando se projetam no futuro, ainda se centram nas questões do companheiro, filhos e família. Contudo, também referem temas ligados à autoperceção e à área económica ou profissional, mencionando mesmo aspetos práticos, como promoções profissionais e autonomia em termos habitacionais. As inquiridas parecem refletir uma “atitude positiva, imaginando-se realizadas no que concerne aos filhos, mais felizes, fortes e autónomas. Quanto a futuras relações íntimas, as opiniões dividem-se, demonstrando, no entanto, poder de decisão das mulheres em querer ou não envolver-se numa relação íntima” (Sousa, 2010: 38). Relativamente às características que as participantes valorizam em si, no momento após o processo de apoio e saída da relação, destacam-se a coragem, a autoconfiança, a motivação, a perseverança, o ser trabalhadora, o otimismo, o ser carinhosa, a espontaneidade e a autoestima (Sousa, 2010).

Perspetivas sobre o Futuro e Novas Relações de Intimidade

O estudo que a seguir se apresenta, intitulado *Perspetivas sobre o Futuro e Novas Relações de Intimidade*, de carácter exploratório, visou perceber qual o enfoque ou saliência que estes três últimos aspetos mencionados – Papéis Sociais, Suporte Social e Expectativas Futuras – têm nos discursos de mulheres açorianas vítimas de violência na conjugalidade, que romperam o ciclo da

violência desligando-se dos seus companheiros agressores. Para melhor se compreender e enquadrar o estudo, será útil mencionar que a problemática da violência conjugal é particularmente saliente nos Açores, alcançando um valor percentual da ordem dos 70% no cômputo da violência doméstica, e que esta é a região do país que tem registado maior expressividade numérica em termos de denúncias referentes a ocorrências abusivas entre o casal (Rocha *et al*, 2010).

Aspetos Metodológicos

Colaboraram neste estudo 16 mulheres que se encontravam em estruturas sociais de apoio ou que já tinham beneficiado da ação das mesmas, na Ilha de São Miguel, nos Açores. Em termos de idade, o grupo oscilou entre os 28 e 54 anos, situando-se a maioria das mulheres (10) entre os 30 e os 39 anos. Apenas uma tinha idade inferior a 30 anos; as restantes cinco tinham entre 42 e 54 anos. O tipo de trabalho exercido pelas participantes reflete, de algum modo, a sua baixa qualificação: três eram empregadas domésticas, duas eram auxiliares de serviços gerais, uma era assistente operacional, uma era empregada de indústria e uma era empregada de balcão. Ainda, quatro encontravam-se desempregadas, duas estavam na condição de domésticas e uma era estudante. No respeitante à dimensão familiar, estas mulheres, na sua maioria, encontravam-se divorciadas (12 participantes), duas estavam em processo de divórcio do cônjuge violento e duas eram solteiras. Todas as participantes, à exceção de uma, possuíam filhos. Quanto à duração da relação abusiva que viveram, registou-se uma grande heterogeneidade no total das 16 senhoras, variando entre um ano e cinco meses e 32 anos, sendo que oito das participantes permaneceram na relação violenta entre 10 a 19 anos. Em metade dos casos, sempre ocorreram agressões; na outra metade, as agressões começaram depois de algum tempo de relacionamento. Das 16 participantes, 10 relataram que não experienciaram situações de violência na família de origem; as restantes seis disseram ter vivido no seio de famílias onde se praticava a violência. Após a rutura com o agressor, nove participantes referiram já ter retomado relações de tipo conjugal com outros companheiros, mas apenas sete mantinham esse relacionamento no momento do estudo.

Com o objetivo de perceber como estas mulheres se perspetivam na pós-ruptura, nomeadamente, qual a saliência que atribuem a diferentes Papéis Sociais, quais as fontes mais significativas de Suporte Social e que tipo de Expetativas Futuras têm, foi realizada uma entrevista semi-estruturada, cujo guião foi organizado contemplando as três áreas mencionadas antecidadas por uma parte destinada à caracterização sociodemográfica das participantes. Assim, a área relativa aos Papéis Sociais teve como finalidade compreender o valor atribuído aos papéis já desempenhados pelas participantes ou que pudessem vir a ser desempenhados pelas mesmas. Retomou-se a ideia da importância da autonomia económica e do sentimento de competência provindo do desempenho do papel de trabalhador e da pertença a diferentes grupos sociais que extravasem o espaço doméstico (*e.g.*, Almeida, 2005; Magalhães, 2009). A área referente ao

Suporte Social pretendeu aceder às fontes de suporte formal e informal, nomeadamente aquando do início de um novo relacionamento, uma vez que o acesso a fontes de apoio parece ser importante, tanto para pôr termo à relação abusiva (Ornelas, 2008) como para um ajustamento positivo em mulheres que experimentaram o abuso (Anderson & Saunders, 2003, *in* Matos, 2006). Pretendeu-se perceber quem são as pessoas/entidades que são vistas como recursos ou referências para apoio às decisões de vida, nomeadamente no campo amoroso. Por fim, a área respeitante às Expetativas Futuras teve a ver com o que estas mulheres esperam em relação ao parceiro e a si próprias. Como visto antes, existe alguma evidência de que mulheres que rompem com relações de opressão e agressão na conjugalidade mantêm a esperança e projetam-se de forma positiva no futuro (Sousa, 2010). Pretendeu-se, então, aceder ao modo como as participantes se perspectivam face à possibilidade de novas relações amorosas, às iniciativas que dizem empreender para conhecer o novo parceiro, e às razões, esperanças e hesitações pessoais experienciadas em torno desta possibilidade.

As entrevistas decorreram em acordo com os pressupostos éticos da investigação. Os dados recolhidos em suporte áudio foram transcritos e submetidos à técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977).

Resultados e Discussão

Os resultados aqui apresentados respeitam às três áreas consideradas no guião: Papéis Sociais, Suporte Social e Expetativas Futuras. Na abordagem a cada um destes tópicos apresentar-se-ão dados quantitativos seguidos de alguns depoimentos ilustrativos do pensamento das entrevistadas. Os depoimentos estão transcritos tal como foram verbalizados, tendo-se mantido, por isso, as singularidades da oralidade das participantes.

O estudo efetuado, ao situar-se no tipo exploratório, não pretende a extrapolação de possíveis conclusões para o universo em análise. Procura-se, sim, fornecer pistas e orientações para eventual aprofundamento do tema. Passa-se, em seguida, à apresentação e leitura de resultados.

No Quadro 1 apresenta-se o conjunto de Papéis Sociais mencionados pelas 16 participantes e o número de entrevistas em que cada um dos mesmos aparece referido. A leitura do Quadro 1 informa que o papel mais valorizado é o de mãe, surgindo em 15 das 16 entrevistas realizadas; o papel de esposa encontra-se em segunda posição. Estes dados vão, de algum modo, ao encontro das afirmações de Sousa (2010) sobre a centralidade dos aspetos familiares (companheiro, filhos e família) nas mulheres sobreviventes à conjugalidade violenta, quando se projetam no futuro. Em todo o caso, como visto, é a maternidade que sobressai nestas mulheres. Apresentam verbalizações como:

Quadro 1: Saliência de Papéis

Papéis nomeados	Nº de entrevistas
Mãe	15
Esposa	6
Amiga	4
Trabalhadora	3
Companheira	2
Cidadão	1
Irmã	1
Mulher	1

P5: *Os papéis que mais valorizo é o de mãe, a minha prioridade são os meus filhos.*

P7: *Mais importante acho que é ser mãe, a melhor coisa que a gente tem na vida é ser mães não é? É das melhores coisas.*

Embora na literatura seja bastante reconhecida a atividade de trabalho, pelas vantagens que comporta em termos de independência económica da mulher em relação ao parceiro (Magalhães, 2010) e pela oportunidade de participação em diferentes grupos sociais (Ramos, 2004, in Branco, 2007), entre outros aspetos, para este conjunto de entrevistadas o trabalho só surge em 3 entrevistas. Face a este dado, esta área parece necessitar de mais atenção por parte das estruturas que acolhem mulheres vítimas e procuram fomentar o seu *empowerment*. Em todo o caso, como demonstram os testemunhos abaixo, algumas senhoras estão sensibilizadas para este aspeto.

P2: *Ser trabalhadora é o princípio básico que o ser humano tem que ter.*

P5: *Também se tiver um trabalho para trabalhar é muito importante.*

Os papéis de companheira, de cidadão, de irmã e de mulher surgem como os menos valorizados.

Passando à abordagem ao tópico Suporte Social, os dados obtidos, sintetizados no Quadro 2, indicam prevalência do suporte informal, mencionado nas 16 entrevistas, sobre o formal, referido apenas em três, havendo assim três participantes que apontaram em simultâneo os dois tipos de apoio. Porém, ao contrário do que tende a acontecer nas situações de vitimação, em que os interlocutores privilegiados são amigos e vizinhos (Hays, 1988, in Ornelas, 2008), neste grupo de mulheres, as redes ativas íntimas parecem ser constituídas primeiro por familiares (surge em 8 entrevistas) e só depois por amigos (6 entrevistas). Os vizinhos surgem com muito pouca expressão (1 entrevista), à semelhança do recurso a entidades religiosas (1 entrevista). Relativamente à família, os filhos são os interlocutores mais procurados quando estas mulheres pensam em iniciar

uma nova relação e buscam apoio para a ponderação e tomada de decisão, com verbalizações como as que a seguir se apresentam:

P7: *Pessoas de família*"; *"E também os meus filhos claro.*

P9: *Com o meu filho mais velho, com os meus filhos.*

Quadro 2: Suporte Social

Suporte Social	Nº de entrevistas
Informal	16
Família	8
Amigos	6
Vizinhos	1
Religião	1
Formal	3

Uma interpretação possível para este maior destaque da família poderá passar pela ideia de que a libertação da situação opressora do cônjuge/companheiro facilita a restauração de laços familiares quebrados pelo maltratante. Importa lembrar que um dos meios que o perpetrador usa para retrain a vítima é, precisamente, a supressão de interações sociais, mesmo com os familiares próximos. Por outro lado, atendendo à dimensão da ilha de São Miguel, Açores, com 64.7 km de comprimento e de 8 a 15 km de largura, também é plausível que a comunidade geográfica de inserção das participantes seja definida por um número elevado de familiares, ao contrário do que possa suceder em outras zonas do país. Esta proximidade poderá funcionar como um facilitador da comunicação.

Para as entrevistadas, os amigos, embora menos do que a família, também têm um papel relevante na ajuda à tomada de decisão sobre o encetar novas situações amorosas, como é ilustrado pelos seguintes testemunhos:

P1: *Uma amiga, aliás foram duas amigas.*

P4: *A gente sempre assim fala com uma amiga*

Não obstante a menor incidência do suporte formal que, como já mencionado, é referido apenas em 3 das 16 entrevistas, o trabalho desenvolvido por serviços de apoio à mulher é reconhecido por parte das entrevistadas, como se pode ler no seguinte excerto da entrevista:

P5: *Se fosse uma nova relação eu recorria à Dra. N. porque tem-me apoiado muito, recorria à menina¹ M., que também ajudou-me muito.*

¹ O termo "menina" refere uma mulher no falar local.

Finalmente passa-se aos aspetos referentes às Expetativas Futuras, para procurar perceber o que as mulheres esperam face a novas relações íntimas, em termos do parceiro e de si mesmas. No que se refere ao parceiro, tenta-se desvendar o que esperam conhecer e que ações dizem desenvolver com vista a evitar a reincidência numa relação violenta. Em relação a si própria, pretende-se aceder aos motivos que a levam a desenvolver expetativas de relações futuras, ao conhecimento do peso relativo dessa relação comparativamente a outros aspetos do imaginário de uma nova fase da vida e, por fim, às dúvidas/receios/hesitações que projeta em relação ao início de uma nova relação. No Quadro 3 pode ser observado o número de entrevistas onde surgem verbalizações referentes a expetativas acerca do parceiro fundadas em fatores de risco que lhe possam estar associados e em ações a empreender para acesso ao conhecimento desses fatores.

Quadro 3: Expetativas Futuras centradas no Parceiro

		N.º de entrevistas
Conhecimento de fatores de risco		15
Ações de acesso ao conhecimento	Fontes Diretas	12
	Fontes Indiretas	4

A leitura do Quadro 3 dá conta da importância, para estas participantes, do conhecimento de eventuais fatores de risco que possam envolver o novo parceiro, antes de se comprometerem numa relação com ele, uma vez que é um tópico referido em 15 das 16 entrevistas. Merecem curiosidade e atenção das participantes aspetos como a situação profissional, os consumos e as dependências e a violência, pois, por exemplo, afirmam:

P2: *Penso se ele é trabalhador, vejo se bebe ou se fuma, se é toxicodependente.*

P10: *Que não tenha assim, que não beba álcool nem drogas, seja trabalhador, que seja boa pessoa.*

P7: *Se é uma pessoa, pronto que valha a pena, não é, que não seja também violenta não é, essas coisas assim.*

P15: *Saber se também tem aquela tendência para a violência, uma pessoa 'ta agora sempre com o pé atrás, e outro à frente e eu sou livre e muito desconfiada das coisas.*

Ainda no Quadro 3, observa-se que o modo como as mulheres esperam aceder a este tipo de informação assenta, predominantemente, na interação direta com o parceiro, aspeto reportado em 12 entrevistas. A maioria das participantes acredita que conversar com o parceiro será uma boa estratégia para o conhecer. Abaixo encontram-se três tipos de verbalização que ilustram esta ideia.

P9: *... conversando, a partir daí começamos a conversar, a falar por telemóvel.*

P10: *Assim falando com a pessoa...*

P14: *Conversando com ele.*

O pedido de informações a terceiros, presente em 4 entrevistas (Quadro 3), surge como outra estratégia possível, podendo ser usada como ação privilegiada ou como estratégia complementar ao diálogo com o eventual futuro parceiro. Algumas verbalizações proferidas sobre estes aspetos são:

P5: *Perguntando a pessoas que já lhe conheciam, porque quase sempre eles não dizem aquilo que são, tinha que procurar saber que pessoa era, amigos familiares, mesmo às vezes pessoas desconhecidas.*

P7: *Só tirando informações sobre a pessoa para saber.*

P10: *... E também tirando algumas informações.*

Passa-se às Expetativas Futuras considerando a própria, nomeadamente aos motivos que geram expetativas pessoais, à esperança depositada em relações futuras e noutras dimensões da vida, e às dúvidas/receios/hesitações que condicionam perspectivas de futuro. O Quadro 4 traduz a expressão destes aspectos, tendo em conta os respectivos subaspetos.

Quadro 4: Expetativas Futuras centradas em si

		N.º de entrevistas
Motivos	Realização	7
	Afeto	6
	Segurança	1
Esperança	Sobre a Relação	15
	Sobre a Vida	13
Dúvidas/Receios/Hesitações	Centradas no Parceiro	14
	Centradas em Si Própria	3

Em termos de motivos (Quadro 4), observa-se que as expetativas sobre relações futuras assentam mais na procura de realização amorosa e pessoal (7 entrevistas), indo ao encontro do enunciado por Sousa (2010) no sentido de as mulheres sobreviventes de violência conjugal, ao pensarem sobre o seu futuro, mencionarem a existência de parceiro amoroso e imaginarem-se felizes. Logo em seguida surge o motivo do foro afetivo (6 entrevistas), mas neste caso como meio para evitar a solidão e o isolamento. Este aspeto faz sobressair a importância do suporte social (formal e informal), designadamente na aposta que parece ser necessária em termos de robustecimento do *empowerment* individual e no incremento da capacidade para enfrentar o período de ajustamento à nova condição de vida. A segurança apenas foi mencionada numa entrevista. Alguns excertos das verbalizações que ilustram a procura da realização são:

P2: *Isso é assim para amar não existe idade, faz bem, amar e ser amado faz bem, faz bem ao meu ego, faz bem ao meu eu e isso contribui muito para o meu bem-estar psicológico.*

P3: *Ser desejada e amada outra vez, porque há muitos anos mesmo que eu já não sabia o que era isso, também tava muito carente, porque a minha autoestima tava muito em baixo, foi mais por causa de um carinho.*

Vejam-se, também, alguns testemunhos sobre o motivo afetivo:

P1: *Sabe a solidão é muito triste*

P4: *É assim, às vezes a gente sente-se sensíveis, estamos mais sensíveis, sente-se sozinhas, precisamos de um abraço amigo, de um abraço carinhoso, que nos dê atenção.*

P7: *Talvez não querer acabar um dia sozinha não é? A gente tem os filhos, mas os filhos um dia vão terminar a sua vida, e não acabar sozinha não é?*

No respeitante a expectativas sobre relações futuras e outras dimensões da vida (Quadro 4), observa-se uma repartição entre novas relações (15 entrevistas) e a vida em geral (13 entrevistas). Quando se perspetivam no futuro, as entrevistadas focam-se numa relação de afeto com um parceiro, nos termos em que se ilustra abaixo:

P4: *... uma pessoa que me tratasse bem, e que me desse, que me valorizasse pela mulher que sou, quer uma pessoa carinhosa, que de valor, que trate bem principalmente, que trate bem e que estime, essas coisas assim, que seja meigo, compreensivo, que me trate como eu mereço e como qualquer mulher merece que eu acho que nenhuma mulher merece levar.*

P7: *Queria-me ver feliz pelo menos, ao lado de um homem que me estimasse, com uma vida estável, era assim que me via.*

P14: *Espero que com uma vida estável, com um companheiro, talvez não sei.*

Este enfoque permite recuperar dados referentes aos motivos e salientar que este tipo de verbalização parece remeter para a ideia de que algumas destas mulheres desejam encetar novas relações apenas por sentirem dificuldade em estar sós. Eventualmente, no processo de apoio a este tipo de vítimas, esta trata-se de uma questão que merece ser refletida e atendida, com vista a superar vulnerabilidades e dependência e emocional de terceiros.

Apesar da centralidade da relação de tipo conjugal, outras dimensões da vida em geral, como a felicidade em sentido lato, o trabalho, as condições de habitabilidade, os filhos, estão igualmente presentes numa antevisão do futuro. Apresentam-se alguns exemplos de verbalizações sobre as aspirações relativas à vida em geral:

P3: *Gostava de começar a minha vida do zero, ter um emprego e ... ser mais forte, que eu não sou muito forte.*

P4: *Apagar sempre o meu passado, queria ser feliz com as minhas filhas e ter uma vida que eu nunca tive, ..., quero estar viva.*

P8: *Eu esperava era trabalhar, ter uma vida melhor, dar uma vida boa para os meus filhos, o que eu gostava assim, mais mais mais, vou ser sincera e vou-lhe dizer, era sair do sítio donde eu estou a morar, que não gosto, não gosto, nunca gostei daquele sítio, ah daqui a 5 anos, ter a minha casa, estar no sossego com ele a viver em paz.*

P9: *Só queria era estar na minha casa, tendo saúde e paz e carinho e acho que não precisa de mais nada que isso.*

P10: *Com os meus filhos, espero estar trabalhando, eu acho que fico bem assim.*

Nesta vertente das expetativas sobre relações futuras e outras dimensões da vida, conclui-se que as participantes têm uma visão mais positiva do que negativa, com desejos de mudanças favoráveis, o que é sintónico com os resultados encontrados por Sousa (2010), quando refere que estas mulheres esperam estar bem no amor, felizes, com os filhos, mais fortes e sem dificuldades económicas. Não obstante, nota-se que nos seus discursos existe pouca referência a ações concretas para a materialização dessas aspirações. Novamente, este é um aspeto que poderá constituir um indicador para a intervenção junto deste tipo de vítimas.

Por fim, no que concerne a dúvidas/receios/hesitações que condicionam expectativas associadas à ideia de estabelecimento de novas relações, considerando a figura do parceiro e a da própria (Quadro 4), observa-se que recaem sobretudo no possível companheiro (14 em 16 entrevistas) e menos em si mesmas (3 em 16 entrevistas). Os possíveis companheiros são temidos pela violência que possam infligir às mulheres; numa esfera mais pessoal, elas receiam o julgamento e a crítica dos filhos, fruto de relações anteriores. Alguns registos orais relativamente a estes aspetos são:

P7: *Não quero estar a sofrer ...Não quero voltar a viver a violência doméstica não é, não quero viver isso outra vez.*

P10: *Que no princípio é tudo bom e receio que um dia mais tarde ...*

P3: *Eu sou sincera é mais a minha filha, o meu receio, é porque ela não aceita.*

P15: *Pronto o meu maior medo é esse, é pôr os miúdos contra mim pronto, sempre tem aquela tendência de dizer que o companheiro é assim, é assado, e tenho esse receio.*

Fica, assim, o testemunho da apreensão que os novos enlances geram e do valor que os descendentes têm para estas mulheres.

Considerações Finais

Em suma, tendo em conta a análise das dezasseis entrevistas, os presentes resultados permitem pensar que, no geral, estas mulheres aspiram a ter uma relação de amor. Em termos de papéis sociais, o de mãe destaca-se dos restantes, fazendo pressupor a importância que os filhos podem ter para as entrevistadas. No perspetivar de novas relações, o suporte social informal surge prevalecente relativamente ao formal. Quanto às expetativas de futuro, repartem-se entre a aspiração por uma nova oportunidade amorosa e outras dimensões da vida, embora a concentração no primeiro caso seja ligeiramente superior. Observa-se, no entanto, que parecem persistir muitas fragilidades que poderão comprometer um imaginário positivo de vida futura. Entre essas fragilidades encontra-se a inconveniência de a aspiração por um companheiro residir no evitamento da

solidão, podendo evidenciar falhas ao nível das redes ativas formais e íntimas ou falta de confiança em si para enfrentar os desafios da realidade social. Para além disso, a pouca saliência do papel de trabalhador pode dar azo à continuidade da relação de dependência económica, com implicações para a liberdade pessoal. Acresce que as dúvidas, os receios e as hesitações que se reportam aos companheiros parecem indicar que estas mulheres ainda não se sentem suficientemente restauradas das vivências anteriores nem desenvolveram mecanismos pessoais que lhes permitam avançar para relações de reciprocidade e equidade.

Assim, apesar do otimismo aparentemente evidenciado, parece necessário atender e trabalhar fatores que apoiem as mulheres vitimizadas na ponderação de rumos de vida, na tomada de decisão sobre aspetos da conjugalidade e nas formas de gestão das situações da vida. Neste campo, é de relevar o papel das instituições e entidades que configuram instâncias de suporte formal, considerando que as mesmas não só oferecem proteção real às vítimas, como disponibilizam apoio especializado para o tratamento de lesões físicas e danos psicológicos. Mas é igualmente importante apostar na educação para a equidade, fomentando iniciativas que mostrem a crianças e jovens a gravidade da violência de género e que contribuam para o desenvolvimento de relações paritárias. Deste modo, estar-se-á a trabalhar o empoderamento de elementos das redes de suporte informal e, sobretudo, a capacitação individual para a rejeição de situações violentas e o estabelecimento de relações de sã convivência.

Obras Citadas

- Almeida, I., & Soeiro, C. (2010). “Avaliação de risco de violência conjugal: Versão para Polícias” (SARA: PV) in *Análise Psicológica*, 1 (28): 179-192. <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v28n1/v28n1a13.pdf>
- Almeida, L. (2005). “Life Values Inventory (LVI): Um estudo com mulheres portuguesas” in *Análise Psicológica*, 23: 187-199. <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v23n2/v23n2a09.pdf>
- Alonso, M., Velázquez, S., Ramírez, F., Ciurana, R., Bentata, L., Campayo, J., Franco, C., Granado, M., & García, M. (2003). “Violencia en la pareja: papel del médico de familia” in *Aten Primaria*, 32: 425-33. <http://www.elsevier.es/sites/default/files/elsevier/pdf/27/27v32n07a13053461pdf001.pdf>
- Amnistia Internacional Portuguesa (2006). *Mulheres invisíveis. Relatório integrado na Campanha Internacional “Acabar com a Violência Sobre as Mulheres”*. Recuperado de http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/Relatorio_das_Mulheres.pdf.
- Antunes, M. (2002). “Violência e Vítimas em Contexto Doméstico” in R. Gonçalves & C. Machado (Coord.), *Violência e Vítimas de Crimes*. Volume 1 (pp. 43-78). Coimbra: Quarteto.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Branco, M. (2007). *Violência Conjugal Contra a Mulher. Histórias Vividas e Narradas no Feminino*. Dissertação de Mestrado em Comunicação na Saúde,

- Universidade Aberta, Lisboa. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/736/1/LC349.pdf>.
- Caldeira, S. (2012). *A violência de género e a vulnerabilidade no amor, III Congresso Internacional: A Voz dos Avós: Gerações e Migrações*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- Caridade, S. (2009). *Violência nas relações de intimidade: Comportamentos e atitudes dos jovens*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Univ. do Minho.
- Costa, D. (2010). *A intervenção em parceria na violência conjugal contra as mulheres: um modelo inovador?* Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade Aberta, Lisboa.
- Dias, I. (2004). *Violência na Família: Uma Abordagem Sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Direção Geral da Administração Interna (2011). *Relatório de Monitorização Violência doméstica 1º Semestre de 2011*. Lisboa: Ministério da Administração Interna – Direcção Geral da Administração Interna.
- Gelles, R. (1976). “Abused Wives: Why Do They Stay?” in *Journal of Marriage and the Family*.
<http://www.jstor.org/discover/10.2307/350685?uid=3738880&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101341435441>
- Lassance, M., & Sarriera, J. (2009). “Carreira e saliência dos papéis: Integrando o desenvolvimento pessoal e profissional” in *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10: 15-31. <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/2030/203014923004.pdf>
- Machado, C., Matos, M., Saavedra, R., Cruz, O. Antunes, C., Pereira, M., Rato, A., Pereira, I., Carvalho, C. & Capitão, L. (2009). *Crenças e atitudes dos profissionais face à violência conjugal – Estudos com Profissionais de Saúde, Polícias e Professores*. Acta Med Port, 22; 735-742. <http://www.actamedica portuguesa.com/pdf/2009-22/6/735-742>
- Magalhães, T. (2010). *Violência e abuso: Respostas simples para questões complexas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Matos, M. (2002). “Violência Conjugal” in R. Abrunhosa & C. Machado, *Violência de Vítimas de Crimes* (vol. 1: 81-130). Coimbra: Quarteto Editora.
- (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Tese de Doutoramento em Psicologia, U Minho.
- Marques, T. (2005). *Violência conjugal: Estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos*. Dissertação Mestrado, U Federal da Uberlândia.
- Neves, S. (2008). *Amor, Poder e Violências na Intimidade*. Coimbra: Quarteto Ed.
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século.
- Rocha, G., Lalanda, P., Caldeira, S. N., Sousa, A. & Soares, D. (2010). *A violência doméstica na Região Autónoma dos Açores: Estudo sócio-criminal*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Sousa, C. (2010). *Retrospectivas apreciativas de mulheres sobreviventes de violência na intimidade: o processo de apoio psicológico e as competências pessoais*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Univ. de Lisboa.
- Walker, L. (1979). *The Battered Woman*. New York: Harper and Row.